

SUMÁRIO ■

APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	27

PARTE I

FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA DOS LIMITES DA PROVA NO PROCESSO PENAL

1. O PODER PUNITIVO COMO FATO DE PODER	35
2. SISTEMA PENAL	43
2.1 A seletividade estrutural do sistema penal	50
2.2 A pena como expressão da irracionalidade do sistema penal. A coerção direta	57
3. OS DISCURSOS (DES)LEGITIMANTES DO PODER PUNITIVO	63
3.1 A ideologia da defesa social	66
3.2 A falácia do discurso de proteção aos bens jurídicos	74
3.3 A pena como retribuição	79
3.4 O utilitarismo penal – a prevenção geral negativa	84
3.5 A ideologia da prevenção especial	88
3.6 A prevenção geral positiva	94
3.7 A contribuição de Luigi Ferrajoli	95

4. O DIREITO PENAL COMO DISCURSO JURÍDICO FUNDADO NA DESLEGITIMAÇÃO DO SISTEMA PENAL	99
4.1 A teoria agnóstica e negativa da pena de Eugenio Raúl Zaffaroni	103

PARTE II

O PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: GARANTIA DE LIBERDADE

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	111
2. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTO ÉTICO-JURÍDICO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	113
3. A INSTRUMENTALIDADE GARANTISTA DO PROCESSO PENAL	125
3.1 O processo penal como garantia: revisitando conceitos..	127
4. A QUESTÃO DA VERDADE NO PROCESSO PENAL	135
5. A PROVA NO PROCESSO PENAL	147
5.1 A inadmissibilidade das provas ilícitas no processo penal: garantia absoluta?	150
5.2 Prova e coerção direta	152

PARTE III

A PONDERAÇÃO DE INTERESSES EM MATÉRIA DE PROVA NO PROCESSO PENAL

1. COLOCAÇÃO DO TEMA	157
2. LIBERDADE INDIVIDUAL X SEGURANÇA SOCIAL: UM FALSO CONFLITO	159
3. A PONDERAÇÃO DE BENS	167
4. O ÂMBITO DE PROTEÇÃO DAS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	171

5. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE COMO FUNDAMENTO JURÍDICO PARA A PONDERAÇÃO DE BENS ..	177
5.1 A fundamentação constitucional do princípio da proporcionalidade	180
5.2 O conteúdo do princípio da proporcionalidade	192
6. A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	195
6.1 A aplicação do princípio da proporcionalidade em matéria de prova no processo penal	202
6.2 Os efeitos civis da sentença penal condenatória	214
6.3 As interceptações telefônicas na Constituição Federal de 1988	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
BIBLIOGRAFIA	233
RELAÇÃO DAS MONOGRAFIAS PUBLICADAS	239